

**61º. REUNIÃO ORDINÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO E
RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FMPRMA
21 DE SETEMBRO DE 2023**

1 Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, às quatorze horas e
2 trinta minutos, em primeira chamada, realizou-se a 61ª. Reunião Ordinária do Fundo Municipal
3 de Preservação e Recuperação do Meio Ambiente - FMPRMA, com a seguinte Ordem do Dia: 1.
4 Leitura, discussão e aprovação das Ata da 60ª reunião Ordinária – biênio 2023/2024; 2.
5 Recomposição e ampliação do Projeto Piloto dos Bags da Ponta da Praia; 3. Assuntos Gerais.
6 Presentes: Sr. (as). Marcos Libório (Secretário de Meio Ambiente), Ademar Salgosa Júnior
7 (COMDEMA/AEAS), Fernando Azevedo (SEMAM), Marly Cimino (COMDEMA/PRODESAN).
8 Presença Virtual: Luciana Schlindwein (COMDEMA/OAB). Justificou ausência: Lupércio Teixeira
9 Filho (SEFIN). Convidados: Vanessa Morresi (COMDEMA/AATS), João Luiz Cirilo Fernandes,
10 Marcello Pistelli Nogueira, Glaucia Santos dos Reis (SEMAM), Ernesto Tabuchi (SEGOV),
11 Rodrigo Morgero, Carlos Augusto Corte Real, Luis Antônio Nogueira Junior, Luiz Fernando Oliva
12 (APS), Tiago Gireli (Unicamp/ Virtual). **No item 1**, a ata enviada previamente por e-mail foi
13 aprovada. **No item 2**, o Presidente informou que esteve presente em audiência com o Dr. Antonio
14 Daloia (MPF), onde foi tratado sobre processo de recomposição de perfil praiial e dado a
15 oportunidade de incluir análise do projeto piloto implantado pela prefeitura em 2018. Informou
16 que as análises apresentam resultado satisfatório e que foram observados dois pontos de
17 atenção com o projeto: 1. Necessidade de reparação na estrutura de *geobags* e 2. Sinalização
18 da estrutura de *geobags*. Explicou há possibilidade do repasse dos recursos para a
19 implementação de tais medidas seja feita para o FMPRMA e que seria interessante a antecipação
20 de algumas etapas e incluir a APS para a apresentação de suas contribuições. Apontou que as
21 áreas protegidas pelos *geobags* tem apresentado melhores resultados na contenção de energia
22 das ondas e acúmulo de areia, resultados estes que podem ser melhores devido a necessidade
23 de reparo em alguns *geobags*. Sr. Luiz Fernando explicou que houve a formatação do TAC e
24 durante este processo foram incluídos alguns condicionantes como a produção de um projeto
25 executivo para a ampliação do projeto piloto implantado na Ponta da Praia, estendendo até o
26 entorno do Canal 4 e a efetiva implantação da obra, incluindo sinalização e manutenção posterior.
27 Informou que após a assinatura do termo, foram iniciadas tratativas com o Sr. Tiago Gireli e a
28 Sra. Patrícia (UNICAMP) para a formatação das ações e metodologias para a execução desta
29 solução, e assim formado um contrato com a UNICAMP para a produção deste projeto. Informou
30 que houve discussões em conjunto com a UNICAMP, Prefeitura de Santos e MPF com o
31 apontamento das principais preocupações de cada parte, sendo estas as questões de
32 Balneabilidade, o efetivo conhecimento dos efeitos do projeto atual e a real eficiência na
33 contenção da energia das ondas e a interrupção dos efeitos erosivos. Destacou que a produção
34 do projeto executivo é tão importante quanto garantir a recomposição do projeto atual, ideia
35 corroborada pelo Sr. Marcos Libório e pela UNICAMP, definindo assim dois momentos, a
36 manutenção do projeto atual e a expansão do projeto piloto. Participou que para garantir maior
37 celeridade e a utilização de recursos já definidos a este projeto, foi apresentada a proposta de

38 que os recursos sejam direcionados ao FMPRMA e assim conduzido à recomposição do projeto
39 piloto dos bags da Ponta da Praia. Sr. Rodrigo apontou que é importante a princípio recuperar
40 toda a plenitude da função do projeto piloto. Comunicou que houve a celebração de um TAC com
41 o MPF através de uma multa paga com valor aproximado de R\$2.000.000,00 (Dois Milhões de
42 Reais) pela Santos Brasil, que seria voltada à projeto de interesse ambiental na região e que
43 durante a pandemia de COVID-19 foi determinado que este valor fosse encaminhado ao combate
44 da pandemia. Foi defendida pela APS a reserva do valor de R\$400.000,00 (Quatrocentos Mil
45 Reais) para a retirada do navio Professor Besnard, porém a responsabilidade foi transferida ao
46 município de Ilhabela e após foi solicitado pela APS que esta verba fosse utilizada na solução do
47 processo erosivo, onde o MPF não se opôs. Explicou que após análise foi definido que a solução
48 mais célere é direcionar diretamente este recurso ao FMPRMA e pontuou que já houve
49 destinação no âmbito do mesmo processo. Sr. Ernesto pontuou que apresentou o projeto piloto
50 ao FMPRMA e que foi um dos responsáveis técnicos. Participou que na época ocorreu-se da
51 mesma forma, sendo uma transferência de recursos para o município aplicada na execução do
52 projeto e destacou todos podem ver os efeitos práticos do mesmo. Sr. Tiago informou que antes
53 do projeto o trecho da Ponta da Praia recuava em torno de 7m a 10m por ano e passados 5 anos
54 do projeto, houve acreção de 2m. Acrescentou que durante a instalação dos *geobags*, formou-
55 se pequenas distância entre um e outro, formando assim pequenas correntes que permitiram a
56 passagem da água e levando parte da areia, movendo e afundando parte dos *geobags*. Sendo
57 assim não foi possível explorar a totalidade do projeto. Comunicou que durante a pandemia,
58 houve também o esvaziamento de parte desses *geobags* e que a recuperação se apresenta no
59 sentido de fechar essas brechas e preencher novamente os *geobags* afetados. Sra. Luciana
60 apontou sobre a necessidade de análise formal para a quantificação dos resultados. Sr. Tiago
61 pontuou que foram feitos levantamentos batimétricos antes e depois com frequência de 3 a 4
62 vezes por ano, com exceção do período da pandemia e que através de modelos de baixo terreno
63 é possível verificar o comportamento sob o mar. Sr. Ernesto complementou informando que para
64 acompanhamento do projeto piloto foi elaborado convênio com a UNICAMP para monitoramento
65 dos resultados da obra e que foram produzidos relatórios, acompanhados pelo MP-SP. O
66 Presidente ressaltou que a princípio o foco é reparar e recompor as estruturas já existentes que
67 conforme o Sr. Tiago, possuem resultados positivos mas que podem ser melhores. Relembrou
68 que foi contratado através de recursos do FMPRMA, serviço de batimetria e levantamento
69 topográfico que aconteceu no começo de 2023. Sra. Luciana perguntou qual valor do aporte.
70 Luiz informou que à época de 2019 estava na ordem aproximada de R\$450.000,00
71 (Quatrocentos e Cinquenta Mil Reais) e que através de levantamentos com a o valor seria
72 semelhante ao custo estimado com reforço da obra. Sra. Luciana informou que necessitava se
73 ausentar da reunião e passou a procuração de seu voto ao Presidente do FMPRMA. Sr. Luiz
74 ressaltou que a proposta a primeiro momento é o reparo das estruturas e que a ampliação será
75 custeada posteriormente pela APS mediante estudo efetuado pela UNICAMP pois o avanço irá
76 se sobrepor a saída dos canais. O Presidente perguntou sobre o cronograma e apontou a

77 necessidade de aproveitar as janelas de clima para a execução. Sr. Luiz informou que a instrução
78 processual seria apresentada em até 30 dias para que a verba seja repassada. Sr. Ernesto
79 participou que dada a relativa simplicidade do projeto, o processo licitatório se dará em no
80 máximo 6 meses. O Presidente pontuou que devido ao apontamento da Defesa Civil e ao caráter
81 emergencial devido a segurança dos moradores da região da Ponta da Praia, há a possibilidade
82 de outra forma de encaminhamento no processo para garantir a segurança no período de
83 ressacas mais frequentes. Ressaltou que em caso de demora, há risco da perda de mais partes
84 da estrutura. Sr. Ademar informou sobre a necessidade da busca de soluções definitivas e que
85 para questões de balneabilidade é importante ter-se um espaço entre as estruturas, o que não é
86 possível com as estruturas de *geobags*. O Presidente apontou que são necessárias análises
87 antes de uma solução definitiva. Sr. Luiz pontuou que de acordo com o MPF não é razoável
88 considerar uma solução definitiva a primeiro momento e informou que foi solicitado na elaboração
89 do TAC que a solução apresentada fosse de Obra Mole pois há possibilidade de remoção. Posta
90 em deliberação a aprovação do aporte dos recursos para o fundo com uso específico para a
91 reparação e sinalização do Projeto Piloto dos Bags da Ponta da Praia, este foi **aprovado por**
92 **unanimidade. No Item 3, assuntos gerais**, não houve assuntos gerais. Nada mais havendo a
93 ser tratado, o Presidente agradeceu a presença de todos, e a reunião foi encerrada. Eu _____ ,
94 Thiago Luiz Silva, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada pelos conselheiros, será
95 assinada pelo Presidente.

MARCOS LIBÓRIO
PRESIDENTE